

# Promoção da paz, segurança, justiça e governança na agenda de desenvolvimento pós-2015

## Declaração de Especialistas em Segurança Pública

O Brasil é um importante ator nas discussões que definirão o futuro do desenvolvimento global. Junto com outros 192 membros da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está debatendo o lugar da paz, segurança, justiça e governança nos futuros Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). Os ODS substituirão os bem sucedidos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), acordados em 2000 e com término previsto para 2015. A partir do próximo ano, o roteiro para o desenvolvimento será delineado pelos ODS, que terão metas para mensurar o avanço e servirão como instrumento de pressão por mudanças. Os diplomatas brasileiros estão trabalhando com seus colegas na ONU e em outros arranjos regionais para garantir que seus interesses sejam levados em consideração.

O governo brasileiro e representantes da sociedade civil buscam influenciar, de maneira proativa, os termos do debate sobre os ODS. O Ministro das Relações Exteriores esteve pessoalmente envolvido e foi um dos principais nomes da conferência Rio+20, em 2012, e clama por uma agenda que priorize, em seu núcleo, o desenvolvimento social, a redução da pobreza e a proteção ao meio ambiente. Antes e agora, o governo brasileiro optou por não priorizar questões sensíveis como paz, segurança, justiça e governança. E, no entanto, são exatamente essas as questões, junto com saúde e educação, que preocupam a maioria dos brasileiros. Além disso, no âmbito internacional, um Painel de Alto Nível nomeado em 2013 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas solicitou, com veemência, que os governos dessem atenção especial aos temas da paz, segurança, justiça e governança. Alguns diplomatas brasileiros, porém, ainda resistem em dar uma chance a essas questões.

O futuro da agenda de desenvolvimento pós-2015 é muito mais amplo do que a redução da pobreza e da desigualdade e a proteção ambiental, por mais relevantes que sejam essas questões. Trata-se também de assegurar que a ordem multilateral seja mais legítima e efetiva, garantindo o direito a uma vida livre do medo e com ampla possibilidade de escolhas. Há vários anos, o Brasil demanda mais espaço na definição das regras que regem a política internacional, incluindo a busca por alternativas para questões de paz, segurança e desenvolvimento. O Itamaraty também se incomoda com as intenções de alguns países que favorecem a tomada de decisão unilateral em detrimento da multilateral. No âmbito dos ODS, os diplomatas brasileiros têm receio de que a inclusão de questões de paz, segurança, justiça e governança venha a securitizar a agenda de desenvolvimento e reforce uma visão de mundo unilateral. E, diferentemente do que já fizeram em outros debates, aqui eles não defendem que segurança e desenvolvimento estejam intrinsecamente interconectados e sejam pilares essenciais na agenda de desenvolvimento do futuro.

Os brasileiros podem aproveitar o momento para superar o impasse no que se refere à inclusão da paz, segurança, justiça e governança na agenda pós-2015. É uma oportunidade histórica para corrigir a marginalização dessas questões em 1999, à época das negociações dos ODMs originais. São várias as áreas de consenso entre os governos e as sociedades civis do Norte e do Sul, assim como há consenso no que se refere à importância de uma agenda de desenvolvimento que seja realmente universal. Todos também concordam que os ODS devem manter os pobres e mais necessitados no centro da agenda, onde quer que estejam -- Bogotá, Londres, Managua, Nova Iorque, Rio de Janeiro ou Lagos. Mas para que sejam implementados com sucesso, os ODS devem unir os países em uma cooperação de cunho global e em favor de uma agenda mínima comum. Devem prover um mínimo de segurança e justiça para os 7.1 bilhões de habitantes do mundo, assegurando que os excluídos tenham garantidos os seus direitos mais básicos.

A violência, a injustiça e a impunidade são problemas que afetam países de alta, média e baixa renda. Não são exclusivos dos mais pobres. Apesar dos avanços dos ODM originais, eles não impediram a escalada da violência em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Além disso, a insegurança e a injustiça minam o desenvolvimento macro- e microeconômico, reduzem a competitividade e corroem a qualidade de vida de todas as pessoas, especialmente homens mais jovens, mulheres e meninas. Há bastante evidência empírica que demonstra que melhorias em questões de segurança e acesso à justiça são fundamentais para garantir que o pobre alcance o seu pleno desenvolvimento potencial. Isto acontece tanto nos vilarejos rurais como nas favelas urbanas, onde os mais pobres dos pobres devem morar nos próximos 20 anos. O que o Brasil pode e deve fazer é trabalhar com seus parceiros para identificar os objetivos, metas e prazos adequados, de maneira

que os mesmos não sejam impostos, mas desenvolvidos em conjunto, visando a construção de uma sociedade justa e segura para todos. O país pode fazer com que a nova forma de mensurar o desenvolvimento global privilegie as visões e experiências dos marginalizados e inclua reduções no âmbito da impunidade e da injustiça.

O Brasil está diante de uma oportunidade histórica para redefinir a direção geral do desenvolvimento. O Brasil deve, no mínimo, apoiar a adoção de ODS mais fortes, que permitam um lugar de destaque para assuntos de paz, segurança, justiça e governança. A começar com a proposta de ODS 16, o Brasil pode apoiar objetivos, metas e indicadores que promovam a paz, que garantam a redução da violência, o acesso à justiça e o fim da impunidade para quem mais precisa, sobretudo os mais pobres dos pobres.

Várias organizações da sociedade civil brasileira apoiam a agenda prioritária de segurança pública, que clama pela redução dos homicídios, reforma da polícia, modernização da área de justiça criminal, reforma da política de drogas, bem como a construção de um novo pacto federativo para promover a segurança de todos. Ao alcançar essas metas mínimas dentro de casa, com o apoio dos governos locais e das organizações da sociedade civil, o Brasil estará enviando uma mensagem positiva sobre a construção da paz, promoção da segurança e acesso à justiça, sendo uma relevante contribuição ao arcabouço multilateral de uma agenda de desenvolvimento global.

Nós, signatários, apoiamos uma agenda positiva para o desenvolvimento global que inclua paz, segurança, justiça e governança.

Carolina Ricardo, Instituto Sou da Paz

Claudio Beato, Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

Ignacio Cano, Laboratório de Análise de Violência, UERJ

Ilona Szabo de Carvalho, Instituto Igarapé

José Luiz Ratton, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança da UFPE (NEPS-UFPE)

Julita Lemgruber, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC-UCAM)

Melina Risso, Instituto Sou da Paz

Paula Miraglia, consultor independente

Pedro Abramovay, Open Society Foundations (OSF)

Pedro Strozenberg, Instituto de Estudos da Religião (ISER)

Renato Sergio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e FGV Direito SP

Robert Muggah, Instituto Igarapé

Robson Rodrigues, Instituto Igarapé



**Para mais informações sobre a posição do Brasil em relação à agenda de desenvolvimento pós-2015:**

[O risco de atrapalhar](#) (junho 2014)

[Brasil lidera racha polêmico sobre novos objetivos do milênio da ONU](#) (junho 2014)

[Peace and the Post-2015 Development Agenda: Understanding the Brazilian Perspective](#) (junho 2014)

[Dispatch to Brazil: Give Peace a Chance in the Post-2015 Development Agenda](#) (março 2014)

[Why Peace Needs To Be On the Post-2015 Development Agenda](#) (fevereiro 2014)

[O Brasil dará uma chance à paz na agenda pós-2015?](#) (março 2014)

[New UN Development Agenda Gives Peace a Chance](#) (maio 2013)

[Promoting Peace in the post-2015 Framework: the role of rising powers](#) (fevereiro 2013)

[Less Violence, More Development](#) (abril 2013)

[Time to Deal with the Epidemic of Violence in Latin America and the Caribbean](#) (fevereiro 2013)

[Prevenção à violência e Agenda das Metas do Milênio e Desenvolvimento Pós-2015](#) (janeiro 2013, pág. 45)

[Why Personal Security Should be Part of the Post-2015 Development Agenda](#) (novembro 2012)